

FMI considera medidas importantes para a estabilização

Governo brasileiro retomará em breve as conversas com o fundo para assinar um acordo formal

Maria Helena Tachinardi, de Washington

O Fundo Monetário Internacional (FMI), que está coordenando um pacote financeiro de ajuda ao Brasil, elogiou o plano de austeridade fiscal anunciado ontem pelo governo. "Representa um progresso importante na implementação do programa de reforma e de estabilização do País, que será apoiado pelo FMI", disse um porta voz da entidade. O plano detalha as reformas estruturais e as medidas de curto prazo que serão adotadas para atingir metas anunciadas anteriormente pelas autoridades brasileiras e apoiadas pela gerência do fundo, afirmou.

Anunciado o programa de estabilidade fiscal, o governo retomará em breve as conversas com o FMI para a assinatura de um acordo formal e a liberação da ajuda financeira internacional, estimada em US\$ 30 bi-

lhões. O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse ontem que espera "para os próximos dias" novos contatos com o FMI. Ele acha que um acordo com a instituição deve estar concluído em menos de um mês.

O FMI deverá contribuir com a metade do pacote, enquanto o Banco Mundial (Bird) espera desembolsar entre US\$ 4 bilhões e US\$ 5 bilhões. A participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) poderá ser de US\$ 4,5 bilhões, mas esse tipo de ajuda extraordinária ainda precisará ser analisada em reunião do comitê da assembléia de governadores, prevista

para os dias 12 e 13 de novembro. O encontro foi convocado pelo presidente do BID, Enrique Iglesias, para discutir como contornar as regras sobre empréstimos da instituição, uma vez que o banco tem limites para financiar os países maiores da região, entre eles o Brasil, a Argentina e o México. Outro ponto em discussão será o relacionamento com os empréstimos setoriais sem contrapartida dos governos, como o de US\$ 400 milhões aprovado ontem para a Venezuela. De todo modo, o BID, embora não tenha feito comentários oficiais sobre as medidas anunciadas ontem, continua apoiando os esforços do Brasil, reiterou um porta

voz da entidade.

O programa fiscal brasileiro recebeu ontem um voto de confiança de William Cline, economista-chefe do Institute of International Finance (IIF), o grupo das principais instituições financeiras do mundo. "Parece coerente e viável", declarou. "O importante agora é avançar o mais rápido possível nos vários aspectos do plano e não permitir que uma longa demora dê ao mercado a impressão de que as medidas não são realmente sérias ou impraticáveis", disse Cline. Segundo ele, inicialmente o mercado poderá expressar preocupação pelo fato de o ajuste parecer maior no lado dos impostos do que dos gastos.

Entretanto, ponderou, os agentes privados reconhecerão que "há cortes profundos no resto do orçamento".

Cline também sugere que o governo avance rapidamente nas reformas administrativa e da Previdência Social e que um acordo com o FMI seja assinado e implementado "quase que imediatamente". Para o economista do IIF, até que esse entendimento seja concluído, "deverá haver alguma ambigüidade na reação do mercado". "Por isso, qualquer parte do programa fiscal que puder ser aprovada imediatamente, representaria um reforço positivo na confiança do mercado".

O plano de austeridade fiscal, na visão do economista, "tem pressu-

postos realistas, como o cronograma para a redução da taxa de juros". Ele prevê para meados do ano que vem a retomada de "fluxos significativos" de capital privado sob a forma de bônus, "em parte porque os tomadores de empréstimos vão esperar que as taxas de juros baixem no Brasil". Mas Cline está convencido de que os investimentos diretos estrangeiros continuarão em bom ritmo.

Quanto à participação dos bancos privados no pacote de ajuda internacional, disse que essa posição "ainda não está clara". Ele suspeita que os bancos vão querer primeiro ver a implementação do programa fiscal. "Assim que ela ocorra, assim que a confiança for restabelecida, o Brasil estará crescentemente em posição de tomar empréstimos nas condições oferecidas pelo mercado." ■